



## Proc. Administrativo 14- 258/2024

**De:** Elizangela S. - SECADM-LIC-PR

**Para:** SECPLAN-COORD-PROJETOS - COORDENAÇÃO DE PROJETOS - A/C Bianca S.

**Data:** 05/08/2024 às 17:11:17

**Setores envolvidos:**

SECADM, SECADM-LIC, GP, SECADM-CONTABILIDADE, SECADM-JURIDICO-ADM, SECADM-TUR\_MAR, Gabinete, SECPLAN-COORD-PROJETOS, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços, SECADM-LIC-PR, LICEDUC

### Processo licitatório para aquisição de materiais para decoração do Natal Iluminado 2024

Segue versão final do TR para assinatura

Atenciosamente

**Elizangela Tavares da Silva**

Contato:(46)99905-2809/3536 8819

Departamento de Licitações

Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos

**Anexos:**

TR\_3\_.pdf



# Município de Dois Vizinhos

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais para decoração do Natal Iluminado 2024, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29832232 610258	ARVORE EM FORMATO DE CEREJEIRA LED MÍNIMO 3M ALTURA confeccionada em estrutura de metal, revestida de plástico, adornada com luzes de led no formato de flores de cerejeira em silicone, sendo de 1.800 a 2.000 leds fixos na cor azul e de 350 a 480 leds com efeito estrobo na cor branco frio de 2.100 a 2.600 leds, altura de 3 metros e no máximo 3.5 três metros e meio, bivolt IP-65	9	UN	7.330,00	65.970,00
TOTAL						65.970,00
Lote: 2 - COTA RESERVADA						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-2	29832232 610258	ARVORE EM FORMATO DE CEREJEIRA LED MÍNIMO 3M ALTURA confeccionada em estrutura de metal, revestida de plástico, adornada com luzes de led no formato de flores de cerejeira em silicone, sendo de 1.800 a 2.000 leds fixos na cor azul e de 350 a 480 leds com efeito estrobo na cor branco frio de 2.100 a 2.600 leds, altura de 3 metros e no máximo 3.5 três metros e meio, bivolt IP-65	3	UN	7.330,00	21.990,00
TOTAL						21.990,00
Lote: 3 - EXCLUSIVO ME   EPP						
Item	Código do produto/ Serviço e Código BR	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1-3	29832227 465063	BOLA NATALINA LISA MEDIA VERMELHA confeccionada em material plástico com alças para pendurar medindo aproximadamente 15cm na cor vermelha.	350	UN	33,55	11.742,50
2-4	29832228 465063	BOLA NATALINA LISA MEDIA DOURADA confeccionada em material plástico com alças para pendurar medindo aproximadamente 15cm na cor dourada	350	UN	33,55	11.742,50
3-5	29832229 465063	ESTRELA SPUTNIK com efeito tipo fogos de artifício de natal em leds, multifunções com movimentos	25	UN	465,32	11.633,00



# Município de Dois Vizinhos

		sequenciais e alternados. Estrela com diâmetro mínimo de 100cm com 20 tubos e 160 leds. Para uso externo. Tubo com revestimento na cor branco leitoso. Bivolt. Na cor branco quente.				
4-6	29832230 239922	CONJUNTO DE CORDÕES 100 LEDS BRANCO QUENTE blindados fio verde com estrobilhos, diâmetro no mínimo 2mm para uso externo 220volts. 2 vias com estrobilhos nas cores dos led com no mínimo 80 fixos e no mínimo 16 estrobilhos, com extensão de 10m. Tomada macho e fêmea, união de até 10 cordões. Potência mínima 5w. IP.44. Cordão contendo uma resina de proteção na base dos leds. Fonte retificadora IP.65 retangular blindada. Na cor branco quente	450	UN	74,05	33.322,50
5-7	29832231 439272	CONJUNTO DE CORDÕES 100 LEDS VERDE blindados fio verde com estrobilhos, diâmetro no mínimo 2mm para uso externo 220volts. 2 vias com estrobilhos nas cores dos led com no mínimo 80 fixos e no mínimo 16 estrobilhos, com extensão de 10m. Tomada macho e fêmea, união de até 10 cordões. Potência mínima 5w. IP.44. Cordão contendo uma resina de proteção na base dos leds. Fonte retificadora IP.65 retangular blindada. Na cor verde	300	UN	74,05	22.215,00
6-8	29832233 465063	BOLA VAZADA COM NO MÍNIMO 50CM VERMELHA e 200 a 300 leds, sendo de 50 a 100 estrobilhos e de 200 a 300 fixos, uso externo, bivolt na cor vermelha	36	UN	205,00	7.380,00
7-9	29832234 239922	TUBO CILÍNDRICO SNOWFALL BRANCO FRIO de no mínimo 80 cm, 220v. Com rabicho. Cabo de alimentação medindo de 50 a 60cm IP-44 Na cor branco frio.	50	UN	37,22	1.861,00
8-10	29832235 239922	CASCATA DE 400 A 550 LEDS AZUL com fio branco e diâmetro de aproximadamente 1,8mm, com 7 fios de cobre, para uso externo, 220V, com estrobilhos cor branca. Com caída entre 40 e 70 cm. Para uso externo. Cascata com tomada macho e fêmea para união. Potência mínima 15W. IP-44. Cascata contendo uma resina e proteção na base dos leds, fonte retificada. IP-65, retangular blindada Na cor azul.	20	UN	212,50	4.250,00
9-11	29832236 239922	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS COR DA LUZ BRANCO FRIO medido no mínimo 8m na extensão do fio com leds e 0.20m de fio até os conectores. (0,10m em cada ponta) Terminal com pino macho e fêmea de rosca permitindo a emenda de até 4 conjuntos. Medida total do conjunto é de no mínimo aproximadamente 8m. Produto adequado para uso externo. Tensão de 220V, potência mínima de 5w. Cor da Luz Branco frio	70	UN	42,77	2.993,90
10-12	29832237 439274	CONJUNTO DE CORDÕES COM 100 LEDS VERMELHO cor do fio cristal vermelho, medindo no mínimo 8m na extensão do fio com leds e 0.20m de fio até os conectores. (0,10m em cada ponta) Terminal com pino macho e fêmea de rosca	30	UN	42,77	1.283,10



# Município de Dois Vizinhos

		permitindo a emenda de até 4 conjuntos. Medida total do conjunto é de no mínimo 8m. Produto adequado para uso externo. Tensão de 220V, potência mínima de 5w. Cor da Luz vermelha				
11-13	29832238	CORDÃO DE COBRE, flexível, torcido 1,5mm branco classe 4 ou 5, isolamento em pvc/d, 300v, 2 condutores de 1,5 mm <sup>2</sup> na cor branco	2.000	M	4,83	9.660,00
12-14	29832239 355027	CORDÃO DE COBRE, 1,5mm flexível marrom torcido, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/d, 300v, 2 condutores de 1,5 mm <sup>2</sup> na cor marrom	3.200	M	4,90	15.680,00
13-15	29832240 616164	CORDÃO DE COBRE, flexível, torcido 2,5mm branco classe 4 ou 5, isolamento em pvc/d, 300v, 2 condutores de 2,5 mm <sup>2</sup> na cor branco	700	M	6,42	4.494,00
14-16	29832241 355027	CORDÃO DE COBRE, flexível, torcido 2,5mm marrom classe 4 ou 5, isolamento em pvc/d, 300v, 2 condutores de 2,5 mm <sup>2</sup> na cor marrom	1.000	M	6,52	6.520,00
15-17	29832242 482450	CORDÃO DE COBRE, flexível, torcido 4,0mm branco classe 4 ou 5, isolamento em pvc/d, 300v, 2 condutores de 4,0 mm <sup>2</sup> na cor branco	800	M	9,69	7.752,00
16-18	29832243 394031	CABO FLEXIVEL PVC 750v 1,5mm preto 2 condutores de 1,5 mm <sup>2</sup> na cor preto	1.800	M	5,17	9.306,00
17-19	29832244 394031	CABO FLEXIVEL PVC 750v 4mm preto 2 condutores de 4 mm <sup>2</sup> na cor preto	800	M	12,29	9.832,00
18-20	29832245 482449	CABO FLEXIVEL PVC 750v 6mm preto 2 condutores de 6 mm <sup>2</sup> na cor preto	600	M	17,15	10.290,00
19-21	29832246 613579	CABO FLEXIVEL PVC 750v 10mm preto 2 condutores de 10 mm <sup>2</sup> na cor preto	500	M	29,26	14.630,00
20-22	29832247 613342	ABRAÇADEIRA DE NYLON 150 X 3,6 mm na cor branco para amarração de cabos comprimento de 150 x 3,6 mm na cor branco. Pacote contendo no mínimo 100 unidades.	300	PCT	26,00	7.800,00
21-23	29832248 614213	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300 X 3,6 mm na cor branco para amarração de cabos comprimento de 300 x 3,6 mm na cor branco. Pacote contendo no mínimo 100 unidades.	300	PCT	53,60	16.080,00
22-24	29832249 440973	ABRAÇADEIRA DE NYLON 300 X 4,8 mm na cor branco para amarração de cabos comprimento de 300 x 4,8 mm na cor branco. Pacote contendo no mínimo 100 unidades.	30	PCT	55,72	1.671,60
23-25	29832250 614249	ABRAÇADEIRA DE NYLON 500 X 7,0 mm na cor preto para amarração de cabos comprimento de 500 x 7,0 mm na cor preto. Pacote contendo no mínimo 100 unidades.	5	PCT	90,63	453,15
24-26	29832251 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 10w na cor verde ip66	30	UN	29,11	873,30
25-27	29832252 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 50w na cor verde ip66	15	UN	73,77	1.106,55
26-28	29832253 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 6500k 10w na cor branco ip66	30	UN	27,67	830,10
27-29	29832254 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 6500k 50w na cor branco ip66	15	UN	47,44	711,60



# Município de Dois Vizinhos

28-30	29832255 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 3000k 10w na cor amarelo ip66	30	UN	32,30	969,00
29-31	29832256 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 3000k 50w na cor amarelo ip66	15	UN	73,91	1.108,65
30-32	29832257 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 4000k 10w na cor branco neutro ip66	10	UN	28,47	284,70
31-33	29832258 610268	REFLETOR DE LED BIVOLT 4000k 50w na cor branco neutro ip66	10	UN	54,84	548,40
32-34	29832259 602254	RELE FOTOELÉTRICO 1000W 220V	100	UN	38,42	3.842,00
33-35	29832260 213734	BASE PARA RELE fotoelétrico com haste de alumínio	50	UN	18,69	934,50
34-36	29832261 396588	DISJUNTOR bifásico 20a	40	UN	42,08	1.683,20
35-37	29832262 616646	QUADRO DE COMANDO PVC ip66 160x120x100mm na cor cinza	30	UN	72,90	2.187,00
36-38	29832263 419864	FITA ISOLANTE adesiva preto antichama, uso até 750v em rolo de 19mmx0,13mm 20m 80° 600v na cor preto	15	UN	12,17	182,55
37-39	29832264 419864	FITA ISOLANTE adesiva branco antichama, uso até 750v em rolo de 19mmx0,13mm 20m 80° 600v na cor branco	100	UN	13,61	1.361,00
38-40	29832265 610258	ÁRVORE, com no mínimo 5 metros cerejeira led com estrutura decorativa em cerejeiras de 8000 a 8500 leds entre leds fixos e estroboscópicos, com a capacidade de mudar de cores para criar efeitos visuais dinâmicos, sistema rgb, com dispositivo para memória de cor, para as configurações visuais da árvore possibilitando o ajuste de cor desejado, altura de no mínimo 05 metros, produzida em policloreto de vinila, ip-65, para uso externo, bivolt.	2	UN	29.166,67	58.333,34
<b>TOTAL</b>						<b>297.548,14</b>

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.



# Município de Dois Vizinhos

2.2 Município de Dois Vizinhos publicou seu Plano Anual de Contratações, porém não foi feita a previsão para essa contratação.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Igual ETP.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental: A contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88 e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis CGU/AGU.

### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados da data da solicitação, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Prefeito Dedi B. Montagner, 520

### Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 03 (três) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.







# Município de Dois Vizinhos

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).





# Município de Dois Vizinhos

## Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

## Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

## Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).







# Município de Dois Vizinhos

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 90 (noventa) dias úteis

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.





# Município de Dois Vizinhos

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





# Município de Dois Vizinhos

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de



# Município de Dois Vizinhos

multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de forma integral.

### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.



# Município de Dois Vizinhos

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;





# Município de Dois Vizinhos

- 8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.25.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.25.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.25.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.
- 8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

## Qualificação Técnica

- 8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.29.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.29.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e





# Município de Dois Vizinhos

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 385.508,14 (trezentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oito reais e quatorze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação anexa.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I.Órgão: 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES;

II.Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE CULTURA;

III.Projeto ou Atividade: 13.392.0013.2036 ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA;

IV.Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO;

V.Fonte de Recurso: 03360 e 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres).

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 22 de julho de 2024.

Bianca Cristina Schreiber  
Coordenadora de Projetos e Contratos  
Responsável pela Elaboração do TR  
Matrícula Funcional 18188-1



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8304-3A92-FEC8-5CBF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 06/08/2024 09:56:43 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/8304-3A92-FEC8-5CBF>